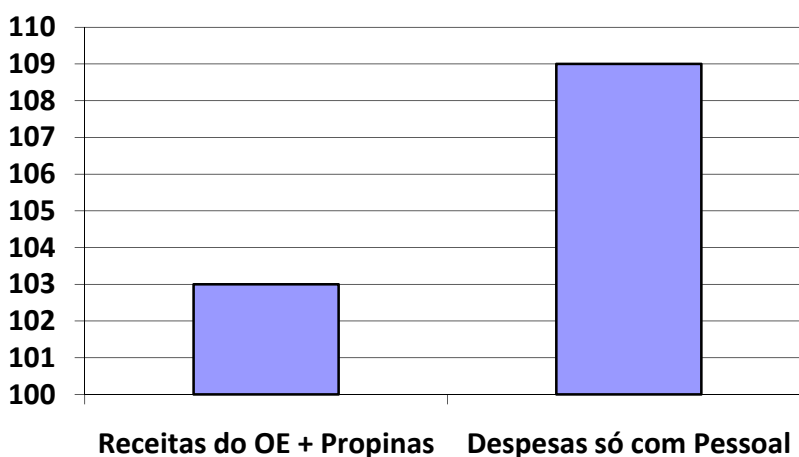


RUPTURA FINANCEIRA

Números da Universidade de Lisboa

Dotação Transferida pelo Estado + Receitas de Propinas = c. **103 Milhões €**

Despesas Obrigatórias com Pessoal = c. **109 Milhões €**



Como será em 2009?



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

A História do Financiamento da Universidade de Lisboa para 2009...

- A Universidade de Lisboa teve um **aumento de 2%** no seu financiamento. No entanto, o aumento da **taxa de inflação é de**, no mínimo, **2,2%**;
- A Universidade de Lisboa terá de afectar **11% do seu orçamento** a despesas com a **Caixa Geral de Aposentações**;
- Os **critérios utilizados para distribuição do Orçamento** de Estado para o Ensino Superior são **ligeiros e pouco transparentes**, como sendo “o número de estudantes declarados pelas Instituições”, em detrimento de critérios de qualidade;
- Disto resulta que **algumas Instituições** de Ensino Superior, como o ISCTE, tenham **aumentos** no seu financiamento **de 24%**;
- O Governo atribui uma **dotação específica e injustificada às Universidades que optaram pelo regime de Fundação Pública de Direito Privado** numa clara tentativa de impor este regime às restantes Instituições;
- **A Universidade**, juntando o financiamento público com as propinas, **será devedora de cerca de 6 Milhões de euros**;
- Será **impossível contratar mais docentes** e existirão ordenados em atraso;
- A Universidade entrará em **Ruptura Financeira**;
- Será colocado um **controlador financeiro do Governo** na Universidade de Lisboa que se **substituirá aos órgãos democraticamente eleitos**;
- O **controlador financeiro assumirá a autonomia financeira e condicionará a autonomia pedagógica e científica** da Universidade;
- **A Universidade de Lisboa deixará de ser uma Universidade Livre!**

Consulta a Moção aprovada na RGA do dia 2 de Outubro de 2008 e adoptada pela Assembleia Magna da AAUL a 13 de Outubro de 2008, na recepção da AAFDL e em www.aafdl.pt

Deliberações da Assembleia Magna da AAUL

Tomadas de Posição:

1. Tomada de posição através da Moção aprovada em RGA da Faculdade de Direito;
2. Reponderação do peso “número de alunos declarados” na fórmula de financiamento do Ensino Superior;
3. Contabilização dos alunos de doutoramento para efeitos de financiamento;
4. Financiamento público de 100% do orçamento-padrão;
5. Sublinhar que o valor das propinas está a ser utilizado para pagamento de ordenados de pessoal, medida contrária à lei;
6. Acabar com a dotação específica para Fundações, prevista no orçamento competitivo, passando este a ser de 100% para todo o Ensino Superior;
7. Obrigatoriedade do Estado assegurar na íntegra as despesas com a Caixa Geral de Aposentações;
8. Tomada de posição para a retirada da proposta do OE ES 2009 e marcação de acções de luta para que os estudantes tomem conhecimento e posição relativamente a este orçamento, apelando às AE's da UL que também o façam.

Medidas de Contestação:

1. Marcação de uma reunião com todos os corpos da Universidade de Lisboa para se definir uma posição e estratégias comuns;
2. Marcação de audiências com os Grupos Parlamentares e com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
3. Abaixo-assinado de alunos, docentes, pessoal não docente e sindicatos do pessoal docente e não docente contra este orçamento;
4. Um dia de protesto de todos os estudantes da UL, dois dias antes da acção de protesto em frente à Assembleia da República. Esta acção combina greve dos estudantes e sessões de debates sobre o actual estado financeiro do Ensino Superior em cada faculdade de manhã e uma concentração de alunos à tarde em frente à reitoria;
5. Decretar oficialmente o Luto Académico em data a definir;
6. Em último caso, encerramento das instalações da Universidade de Lisboa, se possível em parceria com o corpo docente e pessoal não docente;
7. No mesmo dia em que se encerrem as Faculdades, concentrar os alunos de cada uma delas na Assembleia da República;
8. Apuramento dos critérios de distribuição das verbas recebidas pela Reitoria às Faculdades.



associação académica da
faculdade de direito de lisboa

CARTA ABERTA À ESCOLA

Os problemas de financiamento do Ensino Superior Português e da Universidade de Lisboa não são novos. Vítima de um progressivo desinvestimento, sobretudo desde 2005 a esta parte, a Universidade de Lisboa tem vindo a perder a sua sustentabilidade económica. Hoje atingimos uma situação insustentável já que nos encontramos à beira da **RUPTURA FINANCEIRA**.

O aumento de 2% do cabimento orçamental atribuído à Universidade de Lisboa **não é um aumento real**, já que a previsão mais baixa para a taxa de inflação corresponde a 2,2%. Acrescente-se que as despesas que a Universidade tem com a Caixa Geral de Aposentações correspondem a 11% do orçamento total da Universidade.

Feitas as contas, e juntando a dotação orçamental atribuída pelo Governo às propinas pagas pelos estudantes, a Universidade de Lisboa chegará ao final de 2008 com um **DÉFICE** de cerca de **6 MILHÕES de EUROS**. Com a actual dotação orçamental, no final de 2009, a única forma de evitar a insolvência financeira virá personificada num controlador financeiro do Governo, o qual terá a seu cargo a gestão financeira, académica, pedagógica e científica da Universidade, colocando um ponto final na propalada Autonomia Universitária.

Acusamos o Governo de não estabelecer critérios sérios na distribuição do Orçamento, na medida em que **ignorou a qualidade do ensino e das Instituições**, optando sim por valorizar o “número de alunos declarado pelas Instituições”, critério demasiado ligeiro e que permite a determinadas Instituições contornar o sistema.

Por outro lado, numa clara tentativa de impor às Instituições o modelo nominado pelo Governo no RJIES, o Governo favorece, indiscriminadamente, as Instituições que optaram pelo regime de Fundação Pública de Direito Privado, através de fundo específico de desenvolvimento do Ensino Superior.

Exigimos, pois, que os critérios de distribuição do Orçamento sejam claros e transparentes, privilegiando a qualidade e a sustentabilidade das Universidades e Politécnicos portugueses.

Esta tem que ser uma batalha da Universidade de Lisboa, em geral, e da Faculdade de Direito, em especial.

Esta tem que ser uma **batalha de todos**: do pessoal docente, dos investigadores, do pessoal não docente e, claro, dos estudantes!

É fundamental que todos os corpos académicos estejam unidos na procura do bem da Universidade e da Faculdade, criando um movimento com força política suficiente para reivindicar junto do Governo e para tomar as medidas adequadas.

Unindo alunos, docentes e pessoal não docente poderemos causar instabilidade suficiente na Universidade, na cidade de Lisboa e em Portugal, para que as nossas solicitações sejam atendidas.

A hora é grave! Exige-se a convocação de uma Assembleia de Escola!

Pela Direcção da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa,

O Presidente,

Manuel Carvalho